

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 6.648 - MG (2019/0346579-7)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AUTOR : FRANCISCO MAURO DE LUCAS
ADVOGADO : JEFFERSON EDUARDO VIEIRA XAVIER - MG092182
RÉU : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de ação rescisória ajuizada por FRANCISCO MAURO DE LUCA, em que objetiva a desconstituição de decisão monocrática proferida no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, reconhecendo a deserção do apelo interposto no bojo de ação de improbidade administrativa.

Passo a decidir.

De logo, cumpre destacar a presença de obstáculo intransponível para o processamento do presente feito.

É que, nos termos do art. 105, I, e, da CF/1988, compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, as ações rescisórias de seus próprios julgados.

No caso em apreço, a parte autora pretende a rescisão de decisão monocrática proferida no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (e-STJ fls. 14/17), o que afasta a competência do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar a presente ação rescisória. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM AÇÃO RESCISÓRIA. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. COMPETÊNCIA. ART. 105, I, e, CF. RESCISÃO DE SEUS PRÓPRIOS JULGADOS. JULGADO DE JUIZADOS ESPECIAIS. INCOMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Nos termos do art. 105, I, e, da Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, as ações rescisórias de seus próprios julgados.

2. Na espécie, imperioso o reconhecimento da incompetência desta Corte Superior, na medida em que se pretende a rescisão de julgado oriundo de Turma Recursal de Juizado Especial, razão pela qual se confirma a extinção do processo, sem resolução de mérito, consoante o disposto no art. 267, IV, do CPC.

3. Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg na AR 5.619/PI, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 15/09/2015).

No mesmo sentido: AR 5.784/PE, rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, Segunda Turma, DJe 18/04/2016; AR 5.530/RJ, rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, DJe 19/08/2016.

Ante o exposto, RECONHEÇO A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA desta Corte e, nos termos do art. 968, §§ 5º e 6º, do CPC/2015, determino a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, a fim de que

Superior Tribunal de Justiça

decida a lide como entender de direito.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator